

Adami S/A. -  
Madeiras

**Informações contábeis  
intermediárias em  
30 de junho de 2020 e 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às informações contábeis intermediárias</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800  
kpmg.com.br

# Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da  
Adami S/A. - Madeiras  
Caçador – SC**

## Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Adami S/A. - Madeiras ("Companhia") em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos

significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2020, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Joinville, 14 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva  
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

**Adami S/A. - Madeiras**

**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019			30/06/2020	31/12/2019		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	106.345	125.972	107.295	128.363	Fornecedores	-	69.928	78.373	70.335	79.109
Aplicações financeiras	6	56.792	72.645	56.792	72.645	Empréstimos e financiamentos	16	124.963	91.074	129.011	94.109
Contas a receber de clientes	7	106.844	66.731	106.844	66.731	Debêntures	17	35.869	36.165	35.869	36.165
Estoques	8	88.527	76.187	88.722	76.251	Salários e encargos sociais	-	23.276	17.243	23.276	17.243
Impostos a recuperar	9	37.856	80.278	37.856	80.278	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	27.061	27.001	27.061	27.001
Ativos biológicos	10	47.336	47.336	47.336	47.336	Adiantamento de clientes	19	583	398	583	398
Outras contas a receber	-	14.462	13.982	16.618	15.009	Impostos e contribuições à recolher	-	3.653	44.925	3.876	45.090
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.055	-	1.055	-	Instrumentos financeiros derivativos	27.c	35.352	5.617	35.352	5.617
						Arrendamento mercantil	20	11.720	7.782	11.720	7.782
						Outras contas a pagar	-	17.091	13.698	17.141	13.757
		459.217	483.131	462.518	486.613			349.496	322.276	354.224	326.271
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Impostos a recuperar	9	133.096	132.937	133.096	132.937	Empréstimos e financiamentos	16	371.073	281.723	399.865	311.115
Depósitos judiciais	11	6.200	6.544	6.200	6.544	Debêntures	17	70.588	88.235	70.588	88.235
Dividendos a receber	13	711	711	0	-	Impostos e contribuições à recolher	-	1.917	2.430	1.917	2.430
Fundo de investimentos em direitos creditórios	26	8.696	10.109	8.696	10.109	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	90.198	113.111	90.198	113.111
Outras contas a receber	-	-	368	-	-	Provisão para contingências	11	10.337	10.727	10.337	10.727
Instrumentos financeiros derivativos	27.c	1.616	457	1.616	457	Instrumentos financeiros derivativos	27.c	1.425	7.442	1.425	7.442
Mutuos com partes relacionadas	18.b	7.095	7.951	3.095	3.451	Arrendamento mercantil	20	50.188	38.583	50.188	38.583
Investimentos	13	74.716	49.034	59.698	35.067	Outras contas a pagar	-	18.585	18.585	18.585	18.585
Ativos biológicos	10	232.743	233.940	232.743	233.940			614.311	560.836	643.103	590.228
Ativo de direito de uso	15	61.275	43.863	61.275	43.863	<b>Patrimônio líquido</b>	21	104.909	104.909	104.909	104.909
Imobilizado	14	479.488	471.784	529.436	521.235	Capital social	-	123.983	158.792	123.983	158.792
						Ajustes de avaliação patrimonial	-	272.154	294.016	272.154	294.016
		1.005.636	957.698	1.035.855	987.603	Reservas de lucros	-	501.046	557.717	501.046	557.717
<b>Total do ativo</b>		<b>1.464.853</b>	<b>1.440.829</b>	<b>1.498.373</b>	<b>1.474.216</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.464.853</b>	<b>1.440.829</b>	<b>1.498.373</b>	<b>1.474.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
<b>Receita operacional líquida</b>	22	423.302	343.898	427.868	346.037
Custo dos produtos vendidos	23	<u>(290.872)</u>	<u>(229.039)</u>	<u>(291.468)</u>	<u>(229.105)</u>
<b>Lucro bruto</b>		132.430	114.859	136.400	116.932
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>					
Vendas	23	(54.433)	(51.796)	(54.433)	(52.582)
Administrativas	23	(26.495)	(24.147)	(27.716)	(24.147)
Outras receitas e despesas	24	<u>865</u>	<u>1.897</u>	<u>865</u>	<u>1.897</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		52.367	40.813	55.116	42.100
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	25	26.614	33.198	26.654	33.204
Despesas financeiras	25	<u>(110.623)</u>	<u>(57.928)</u>	<u>(112.209)</u>	<u>(57.939)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		(84.009)	(24.730)	(85.555)	(24.735)
Resultado da equivalência patrimonial	13	10.811	6.482	9.761	5.303
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(20.831)	22.565	(20.678)	22.668
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	(2.465)	(153)	(2.568)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	<u>8.533</u>	<u>11</u>	<u>8.533</u>	<u>11</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u>(12.298)</u>	<u>20.111</u>	<u>(12.298)</u>	<u>20.111</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Legal	Retenção	Lucros a realizar	Custo atribuído	Hedge accounting		Lucros acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>104.909</b>	<b>12.918</b>	<b>50.974</b>	<b>123.901</b>	<b>167.536</b>	<b>(14.080)</b>	<b>-</b>	<b>446.158</b>
Distribuição dividendos	21.c	-	-	(2.600)	-	-	-	-	(2.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(329)	-	329	-
Hedge accounting líquido de tributos		-	-	-	-	-	6.096	-	6.096
Juros sobre o capital próprio	21.c	-	-	-	-	-	-	(5.397)	(5.397)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	20.111	20.111
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>		<b>104.909</b>	<b>12.918</b>	<b>48.374</b>	<b>123.901</b>	<b>167.207</b>	<b>(7.984)</b>	<b>15.043</b>	<b>464.368</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>104.909</b>	<b>19.974</b>	<b>144.031</b>	<b>130.011</b>	<b>162.789</b>	<b>(3.997)</b>	<b>-</b>	<b>557.717</b>
Distribuição dividendos	21.c	-	-	(4.150)	-	-	-	-	(4.150)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	-	(186)	-	186	-
Hedge accounting líquido de tributos	27.b	-	-	-	-	-	(34.623)	-	(34.623)
Juros sobre o capital próprio	21.c	-	-	-	-	-	-	(5.600)	(5.600)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	(12.298)	(12.298)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>		<b>104.909</b>	<b>19.974</b>	<b>139.881</b>	<b>130.011</b>	<b>162.603</b>	<b>(38.620)</b>	<b>(17.712)</b>	<b>501.046</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados abrangentes

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019.

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
<b>Resultado do período</b>		(12.298)	20.111	(12.298)	20.111
Hedge accounting	27	52.460	(9.237)	52.460	(9.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(17.837)</u>	<u>3.141</u>	<u>(17.837)</u>	<u>3.141</u>
<b>Resultado abrangente do período</b>		<u>22.325</u>	<u>14.015</u>	<u>22.325</u>	<u>14.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Adami S/A. - Madeiras

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado do período</b>	(12.298)	20.111	(12.298)	20.111
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	12.479	12.238	13.187	12.550
Exaustão	5.902	5.436	5.902	5.436
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e contingências	(2.358)	8	(2.358)	8
Impostos diferidos	(8.533)	(11)	(8.533)	(11)
Variações monetárias, juros e derivativos não realizados	91.884	30.354	91.793	40.924
Resultado na venda de ativos imobilizados	(929)	(878)	(929)	(878)
Equivalência patrimonial	(10.811)	(6.482)	(9.761)	(5.303)
	75.336	60.776	77.003	72.837
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber de clientes	(40.113)	(37.336)	(40.113)	(37.392)
Estoques	(12.340)	(4.498)	(12.471)	(4.498)
Impostos a recuperar	2.946	(3.044)	2.946	(3.044)
Outras contas a receber	1.277	(6.536)	148	(6.367)
Fornecedores	(8.445)	(24.452)	(8.774)	(33.712)
Impostos e contribuições a recolher	(2.468)	2.696	(2.410)	2.709
Outras contas a pagar	9.611	3.814	9.602	3.815
Aplicações financeiras	15.853	3.691	15.853	3.691
Recebimento de dividendos	5.550	1.350	5.550	1.350
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	47.207	(3.539)	47.334	(611)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de imobilizado	(23.226)	(35.403)	(24.431)	(43.535)
Adições de ativos biológicos	(4.705)	(3.697)	(4.705)	(3.697)
Aquisições de investimentos	(20.421)	-	(20.421)	-
Recebimento de mútuo de coligadas	500	-	500	-
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	1.134	878	1.134	878
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	(46.718)	(38.222)	(47.923)	(46.354)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(8.850)	(4.649)	(8.850)	(4.649)
Empréstimos tomados	141.800	48.857	141.800	53.779
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	(125.901)	(96.715)	(126.264)	(97.967)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	29	109	29	109
Debêntures emitidas	-	15.000	-	15.000
Pagamentos de debêntures (principal e juros)	(22.243)	(16.012)	(22.243)	(16.012)
Pagamentos de arrendamento mercantil (principal e juros)	(4.951)	(1.426)	(4.951)	(1.426)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>	(20.116)	(54.836)	(20.479)	(51.166)
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	(19.627)	(96.597)	(21.068)	(98.131)
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	125.972	122.495	128.363	125.047
No fim do exercício	106.345	25.898	107.295	26.916
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	(19.627)	(96.597)	(21.068)	(98.131)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

*(Em milhares de Reais)*

### 1 Contexto operacional

A Adami S/A. Madeiras é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) está produzindo impactos em todo o mundo. No Brasil, podem ser observados a partir de março, quando a pandemia começou a se disseminar com maior força e se iniciaram as medidas de isolamento social provocando uma alteração rápida e profunda do cenário macroeconômico, ainda cercado de um grau elevado de incerteza. A Companhia apurou prejuízo no período findo em 30 de junho de 2020, decorrente principalmente das flutuações cambiais ocorridas durante a crise econômica no mercado nacional. A Administração da Companhia vem trabalhando na gestão de custos, no acompanhamento de desempenho dos setores comercial e produtivo para geração de caixa operacional, na captação de novos projetos, bem como em esforços especiais na recuperação e captações de empréstimos, acredita-se que essa situação será revertida nos próximos meses. A administração da Companhia avaliou este novo contexto e tomou diversas ações com o intuito de assegurar a preservação de suas atividades, conforme segue.

Receita: O segmento de embalagens de papelão ondulado é essencial na cadeia de suprimentos, atendendo às demandas diárias da indústria alimentícia, produtos farmacêuticos, higiene e limpeza e outras. As embalagens de papelão ondulado são componentes fundamentais para o abastecimento desses setores, sem os quais os supermercados, farmácias e comércio de primeira necessidade em geral ficariam rapidamente desabastecidos. Cabe ressaltar que a Unidade de Embalagem depende de cadeias produtivas que vão das florestas cultivadas até a produção de papel. Portanto, se fez necessário que outras Unidades da Adami também continuassem operando para fornecer matéria-prima (cavaco, paletes e papel);

Liquidez: buscando a preservação e reforço do caixa, foram captados empréstimos no montante de R\$ 141.800. Além disso, a Companhia tem expandido o relacionamento bancário dando transparência às instituições financeiras, suportado pelo backlog de receitas, gerando uma ampliação de crédito disponível e prorrogação de pagamentos.

Considerando a importância da prevenção, muitas ações estão sendo realizadas com o objetivo de garantir a segurança dos nossos profissionais para manutenção das operações com segurança. Entre as ações podemos destacar a criação e implantação pela área de medicina do trabalho da Companhia, do Book de Ações Preventivas que compreende em uma série de medidas de prevenção e orientação dos colaboradores, bem como uma série de ações adotadas pela administração para manutenção das atividades, além da criação do Protocolo Médico Covid-19

que compreende em orientações aos gestores para as casos suspeitos e confirmados de Covid-19.

Com base nos orçamentos de curto prazo revisados pela administração, a Companhia entende ter condições suficientes de manter a continuidade operacional. Da mesma forma, as projeções não apresentam qualquer indicativo de necessidade de reconhecimento de *impairment* de seus ativos não financeiros. Também não foram identificados indicativos significativos de necessidade de alteração das premissas utilizadas para cálculo do valor justo dos Ativos Biológicos da Companhia, em especial a taxa de desconto dos seus fluxos de caixa projetados. Ainda, a Companhia vem mantendo a tratativa de prorrogações pontuais conforme as solicitações específicas de cada cliente, e não identificou nenhum indicativo de não recebimento ou perdas diferentes daquelas já observadas anteriormente. Em relação a cadeia de suprimentos também não foi identificado qualquer indicativo de desabastecimento ou dificuldade de fornecimento imposta pelos fornecedores que possam prejudicar a cadeia produtiva por falta de insumos e matérias primas.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – “Demonstração Intermediária.

As informações contábeis intermediárias apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 14 de agosto de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações contábeis intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **b. Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas na nota explicativa 10 - Ativos biológicos e nota explicativa 14 - Imobilizado.

### **3 Principais políticas contábeis**

**a. Base de consolidação**

As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a participação de 100% no capital da Chapecozinho Energética S.A. conforme nota explicativa 13.

**(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

**(iii) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas

registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida.

**b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação e são reconhecidas no resultado.

**c. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente:**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de sua controlada;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de sua controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:***

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a

avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

*Ativos financeiros a VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

*Ativos financeiros a custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Instrumentos de dívida a VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

*Instrumentos patrimoniais a VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

***Ativos financeiros***

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

***Passivos financeiros***

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge**

A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No início da relação de hedge, para a adoção do “*Hedge Accounting*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de “*Hedge Accounting*” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

**d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**e. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Bens adquiridos por <i>leasing</i>	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**f. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

**g. Redução ao valor recuperável - (*Impairment*)**

(i) **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele

evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia e sua controlada consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**h. Ativo de direito de uso e arrendamentos**

A Companhia adotou o CPC 06(R2) Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A nova política contábil aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a

capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

**i. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k. Receita operacional de venda de bens**

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### **l. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### **m. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado;

##### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

##### **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações contábeis intermediárias e os

usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**a. Ativos financeiros não derivativos**

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mutuos com partes relacionadas são avaliados no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

**b. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

**c. Ativos biológicos**

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

Avaliado a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	82.765	8.541	83.356	9.000
Aplicações financeiras	23.580	117.431	23.939	119.363
	106.345	125.972	107.295	128.363

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, entre 99,50% e 123,78% e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

**6 Aplicações financeiras - controladora e consolidado**

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, entre 99,50% e 123,78% e estão vinculados a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

**7 Contas a receber de clientes**

	Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019
No País	151.414	123.194
No Exterior	17.472	12.314
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.129)	(4.097)
(-) Recebíveis cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 26)	(59.913)	(64.680)
	106.844	66.731

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<b>Controladora</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
A vencer	81.157	55.145
Vencidos há 30 dias	13.892	5.812
Vencidos de 31 a 60 dias	5.094	247
Vencidos de 61 a 90 dias	2.910	49
Vencidos de 91 a 180 dias	525	991
Vencidos há mais de 180 dias	5.395	8.584
	108.973	70.828
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.129)	(4.097)
	106.844	66.731

### **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	<b>Controladora</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo inicial no início do exercício	4.097	3.747
Adições	25	393
Baixas	(1.993)	(43)
Saldo no final do exercício	2.129	4.097

As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na demonstração de resultado.

### **Garantias**

Em 30 de junho de 2020 a Companhia e sua controlada possuem o valor de R\$ 7.240 de duplicatas a receber de clientes dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

## **8 Estoques**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Matérias-primas e materiais auxiliares	39.738	29.833
Almoxarifado	27.033	26.328
Produtos acabados-madeira	10.416	7.857
Produtos acabados-embalagem	2.468	2.884
Produtos em elaboração	810	980
Adiantamentos a fornecedores	1.957	1.515
Outros	6.300	6.854
	88.722	76.251

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre

o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o ano de 2020, a Administração considerou não haver necessidade constituição de provisão para perdas com estoques.

## 9 Impostos a recuperar

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
ICMS à recuperar	7.547	8.656
IPI à recuperar	8.073	2.891
IRPJ e CSLL à recuperar (a)	60.503	108.323
PIS e COFINS à recuperar (b)	92.667	92.667
Outros impostos à recuperar	2.162	678
	<u>170.952</u>	<u>213.215</u>
Circulante	37.856	80.278
Não Circulante	133.096	132.937

- (a) O saldo de IRPJ e CSLL à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 18 de fevereiro de 2016, onde a Companhia solicitou a Exclusão do Pis, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS, do período de março de 2011 à julho de 2017. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 06 de agosto de 2019. O crédito foi apurado utilizando os valores declarados no SPED Fiscal e atualizados pela Selic de abril de 2011 a novembro de 2019. A Companhia estima compensar a totalidade do crédito até dezembro de 2021.

	<u>Controladora e consolidado</u>
2020	16.111
2021	29.297
2022	15.095
	<u>60.503</u>

- (b) O saldo de PIS e COFINS à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 23 de abril de 2007, solicitando declarar a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na Base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 15 de abril de 2019, e o crédito foi apurado utilizando o valor do ICMS destacado nas notas fiscais, no período de abril de 2002 à janeiro de 2019, e foi atualizado pela Selic até novembro de 2019 . Este valor está classificado no longo prazo pois a Companhia efetuará a compensação dos créditos somente após compensar a totalidade dos créditos do item (a). As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano:

	<u>Controladora e consolidado</u>
2021	1.318
2022	18.424
2023	30.735
Após 2023	<u>42.190</u>
	<u>92.667</u>

## 10 Ativos biológicos - controladora e consolidado

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio principalmente de pinus para abastecimento de matéria-prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo.

### a. Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi *Income Approach* com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados no mercado de Santa Catarina, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos anuais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

As principais premissas, taxa de desconto, preço de venda e IMA, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

**b. As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>276.691</b>
Novas plantações	9.027
(-) Exaustão (i)	(45.962)
Ajuste ao valor justo (ii)	<u>41.520</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>281.276</u></b>
Novas plantações	4.705
(-) Exaustão (i)	<u>(5.902)</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b><u>280.079</u></b>
Circulante	47.336
Não circulante	232.743

- (i) Do valor total exaurido em 2019, o montante de R\$ 33.804, o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 22.310, refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.
- (ii) Os valores de ajuste ao valor justo em 2019, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R\$ 28.420, foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido de 2019.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da administração para a extração de árvores em 2020.

**c. Ativos biológicos cedidos em garantia**

Em 31 de dezembro de 2020, as florestas no valor de R\$ 137.825 (R\$ 133.725 em 2019) estão vinculadas ao penhor agrícola registrada para garantir os empréstimos bancários.

**11 Depósitos judiciais e provisão para contingências**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Depósitos judiciais</b>		
Tributários	5.443	5.443
Trabalhista	658	1.101
Cíveis	<u>99</u>	<u>-</u>
	<u>6.200</u>	<u>6.544</u>
<b>Provisão para contingências</b>		
Trabalhista	2.337	2.727
Tributária	8.000	8.000
Cíveis	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>10.337</u>	<u>10.727</u>

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários, trabalhistas e ambientais contra os quais foram interpostos recursos.

### **Contingências possíveis**

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões cíveis, tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e sua controlada possuem processos no montante total estimado de R\$ 20.407, cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

## **12 Impostos de renda e contribuição social**

### **a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Provisão para contingências	795	927
Provisão para comissões	946	943
Provisão para <i>impairment</i> (nota explicativa 14)	3.354	3.354
Prejuízo fiscal imposto de renda pessoa jurídica	9.844	9.844
Base de cálculo negativa contribuição social lucro líquido	3.544	3.544
Hedge accounting	19.895	2.059
Outras provisões temporárias	23.430	17.728
	61.808	38.399
<b>Passivo não circulante</b>		
Custo atribuído	(74.704)	(74.704)
Ativo biológico (nota explicativa 10)	(65.436)	(65.436)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(9.016)	(9.112)
Outras receitas temporárias	(2.850)	(2.258)
	(152.006)	(151.510)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	(90.198)	(113.111)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda. As diferenças temporárias serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem e os prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

**b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado - controladora**

	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Resultado antes dos impostos	(20.831)	22.565
Alíquota básica	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto apurado pelas alíquotas fiscais	7.083	(7.672)
<b>(Adições) e exclusões permanentes</b>		
Juros sobre capital próprio	1.904	1.835
Equivalência patrimonial	3.676	2.204
Outras (adições) exclusões	<u>(4.130)</u>	<u>1.179</u>
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	<u><u>8.533</u></u>	<u><u>(2.454)</u></u>
Alíquota efetiva	41%	11%

## 13 Investimentos

	<b>Passos Maia Energética S.A (a)</b>	<b>Chapecozinho Energética S.A (b)</b>	<b>Cia Bom Sucesso de Eletricidade (c)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total em 30/06/2020</b>	<b>Total em 31/12/2019</b>
<b>Valores das investidas</b>	52.903	15.017	4.011	1.714	73.645	48.305
Patrimônio líquido	105.806	15.017	12.538	5	133.366	83.893
Resultado do exercício	19.522	1.050	-	-	20.572	15.702
Participação no capital em %	50%	100%	32,09%	-	-	-
<b>Movimentação dos investimentos</b>						
Saldos dos investimentos no início do exercício	28.692	13.967	4.011	2.364	49.034	32.791
Dividendos creditados/recebidos	(5.550)	-	-	-	(5.550)	(4.761)
Aumento de capital	20.000	-	-	-	20.000	11.038
Aquisições	-	-	-	421	421	616
Outras movimentações	-	-	-	-	-	(14)
Resultado de equivalência patrimonial	9.761	1.050	-	-	10.811	9.364
Saldos dos investimentos no fim do período	<u>52.903</u>	<u>15.017</u>	<u>4.011</u>	<u>2.785</u>	<u>74.716</u>	<u>49.034</u>

- (a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.
- (b) A PCH - Chapecozinho Energética é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na qual foram investidos R\$ 45 milhões, o início das suas operações ocorreu em março de 2019. Esta PCH tem capacidade de geração de energia de 9 MW, por um período de autorização de 35 anos. Esta investida é consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia por possuir controle das suas operações, com uma participação de 100% no seu capital social.
- (c) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia com capacidade de geração de 5,5 MW, e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao acionista controlador.

## 14 Imobilizado

### Movimentação do custo e depreciação - controladora

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	178.776	143.324	407.133	3.313	7.566	24.163	4.469	1.969	16.466	3.795	790.974
Adições	-	154	3.804	162	597	-	1.506	2.845	18.376	45.589	73.033
Baixas	(147)	(1.816)	(1.578)	-	(981)	-	(5)	(387)	-	-	(4.914)
Transferências	-	4.670	54.336	-	54	-	272	-	(12.361)	(46.971)	-
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	(24.163)	-	-	-	-	(24.163)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>178.629</u>	<u>146.332</u>	<u>463.695</u>	<u>3.475</u>	<u>7.236</u>	<u>-</u>	<u>6.242</u>	<u>4.427</u>	<u>22.481</u>	<u>2.413</u>	<u>834.930</u>
Adições	-	293	1.780	113	90	-	731	679	11.757	7.783	23.226
Baixas	(9)	(42)	(553)	-	(239)	-	-	-	-	-	(843)
Transferências	-	231	3.784	18	62	-	12	54	31	(4.192)	-
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.645)	(4.645)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<u>178.620</u>	<u>146.814</u>	<u>468.706</u>	<u>3.606</u>	<u>7.149</u>	<u>-</u>	<u>6.985</u>	<u>5.160</u>	<u>34.269</u>	<u>1.359</u>	<u>852.668</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	38.411	287.418	2.343	5.382	17.185	3.189	588	-	-	354.516
Depreciação no exercício	-	3.990	23.176	192	761	-	602	120	-	-	28.841
Baixa	-	(825)	(1.324)	-	(873)	-	(4)	-	-	-	(3.026)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	(17.185)	-	-	-	-	(17.185)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	-	41.576	309.270	2.535	5.270	-	3.787	708	-	-	363.146
Depreciação no exercício	-	1.601	8.176	99	357	-	375	63	-	-	10.671
Baixa	-	(25)	(519)	-	(93)	-	-	-	-	-	(637)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	-	43.152	316.927	2.634	5.534	-	4.162	771	-	-	373.180
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019</b>	178.629	104.756	154.425	940	1.966	-	2.455	3.719	22.481	2.413	471.784
<b>Saldos líquidos em 30 de junho de 2020</b>	178.620	103.662	151.779	972	1.615	-	2.823	4.389	34.269	1.359	479.488

### Movimentação do custo e depreciação - consolidado

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	178.776	143.324	408.890	3.313	7.566	24.163	4.469	12.997	43.523	15.584	842.605
Adições	-	154	3.832	164	597	-	1.506	4.802	21.703	48.819	81.577
Baixas	(147)	(1.816)	(1.578)	-	(981)	-	(5)	(387)	-	(9.747)	(14.661)
Transferências	-	4.670	54.336	-	54	-	272	(9.027)	1.938	(52.243)	-
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	(24.163)	-	-	-	-	(24.163)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>178.629</u>	<u>146.332</u>	<u>465.480</u>	<u>3.477</u>	<u>7.236</u>	<u>-</u>	<u>6.242</u>	<u>8.385</u>	<u>67.164</u>	<u>2.413</u>	<u>885.358</u>
Adições	-	293	1.781	113	90	-	731	679	12.066	8.678	24.431
Baixas	(9)	(42)	(553)	-	(239)	-	-	-	-	-	(843)
Transferências	-	231	3.784	18	62	-	12	54	644	(4.805)	-
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.645)	(4.645)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<u>178.620</u>	<u>146.814</u>	<u>470.492</u>	<u>3.608</u>	<u>7.149</u>	<u>-</u>	<u>6.985</u>	<u>9.118</u>	<u>79.874</u>	<u>1.641</u>	<u>904.301</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	38.411	287.418	2.343	5.382	17.185	3.189	588	-	-	354.516
Depreciação no exercício	-	3.990	24.153	192	761	-	602	120	-	-	29.818
Baixa	-	(825)	(1.324)	-	(873)	-	(4)	-	-	-	(3.026)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 15)	-	-	-	-	-	(17.185)	-	-	-	-	(17.185)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>-</u>	<u>41.576</u>	<u>310.247</u>	<u>2.535</u>	<u>5.270</u>	<u>-</u>	<u>3.787</u>	<u>708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>364.123</u>
Depreciação no exercício	-	1.601	8.884	99	357	-	375	63	-	-	11.379
Baixa	-	(25)	(519)	-	(93)	-	-	-	-	-	(637)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<u>-</u>	<u>43.152</u>	<u>318.612</u>	<u>2.634</u>	<u>5.534</u>	<u>-</u>	<u>4.162</u>	<u>771</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>374.865</u>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019</b>	178.629	104.756	155.233	942	1.966	-	2.455	7.677	67.164	2.413	521.235
<b>Saldos líquidos em 30 de junho de 2020</b>	178.620	103.662	151.880	974	1.615	-	2.823	8.347	79.874	1.641	529.436

### **Imobilizado em andamento**

Refere-se a ordens de serviços em andamento de construção ou melhoria de ativo imobilizado. Após a finalização do imobilizado em andamento há ativação no grupo de ativo correspondente e a respectiva depreciação conforme vida útil definida.

As adições do período referem-se a ampliação da área produtiva da fábrica de embalagens e madeireira.

### **Garantias**

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019 propriedades no valor de R\$ 122.031 estão vinculadas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

### **Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado**

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 30 de junho de 2020, a Companhia não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (*impairment*). Atualmente a Companhia tem o valor de R\$ 9.864 de provisão de *impairment*, reconhecida em exercícios anteriores.

A Administração não identificou necessidade de complemento da provisão para *impairment* para o período apresentado.

## 15 Ativos de direito de uso

### Composição e movimentação

<b>Controladora e consolidado</b>			
<b>Ativo direito de uso</b>	<b>Ativos adquiridos p/leasing</b>	<b>Arrendamento de terras</b>	<b>Total</b>
Custo			
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019 (nota explicativa 3)</b>	<b>44.592</b>	<b>18.000</b>	<b>62.592</b>
Adições	18.097	1.292	19.389
Baixas	-	-	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>62.689</b>	<b>19.292</b>	<b>81.981</b>
<b>Depreciação</b>			
	<b>Ativos adquiridos p/leasing</b>	<b>Arrendamento de terras</b>	<b>Total</b>
<b>Depreciação</b>			
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019 (nota explicativa 3)</b>	<b>(16.805)</b>	<b>(1.924)</b>	<b>(18.729)</b>
Depreciação no período	(953)	(1.024)	(1.977)
Baixas	-	-	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>(17.758)</b>	<b>(2.948)</b>	<b>(20.706)</b>
<b>Valor contábil líquido</b>			
Em 31 de dezembro de 2019	27.787	16.076	43.863
Em 30 de junho de 2020	44.931	16.344	61.275

- a) O prazo médio dos contratos de arrendamento de terras é de 18 anos.
- b) A administração não identificou necessidade de constituir provisão de Impairment para os contratos de arrendamento de terras.

## 16 Empréstimos e financiamentos

<b>Controladora</b>			
	<b>Encargos em 30/06/2020</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Moeda nacional:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP	25.338	26.372
Capital de giro	De 2,2708% a 4,75% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP e 0,19% a.m + CDI	<u>235.193</u>	<u>98.225</u>
Total moeda nacional		<u>260.531</u>	<u>124.597</u>
<b>Moeda estrangeira:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6,0% a 6,15% a.a.	7.134	6.425
Capital de giro	De 5,3% a 7,5% a.a. ou De 2,4% a 5,5% a.a. + Libor	148.892	129.261
Adiantamento Contrato Câmbio	6,7% à 8,4% a.a. + variação cambial	-	42.358
Pré-pagamento de exportação	6% a.a + Libor	<u>79.479</u>	<u>70.156</u>
Total moeda estrangeira		<u>235.505</u>	<u>248.200</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>496.036</u>	<u>372.797</u>
Circulante		124.963	91.074
Não circulante		371.073	281.723
<b>Consolidado</b>			
	<b>Encargos em 30/06/2020</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Moeda nacional:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	6,0% à 13,61% a.a. ou 5,9% à 7,26% a.a. + TJLP ou 9,5% a.a.+ cesta de moedas	58.178	58.799
Capital de giro	4% a.a. + CDI e 4,5% a.a. + TLP	<u>235.193</u>	<u>98.225</u>
Total moeda nacional		<u>293.371</u>	<u>157.024</u>
<b>Moeda estrangeira:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	6,15% a.a. + variação cambial	7.134	6.425
Capital de giro	5,122% à 5,5% a.a. + libor + variação cambial ou 7,5% a.a. + variação cambial	148.892	129.261
Adiantamento Contrato Câmbio	6,7% à 8,4% a.a. + variação cambial	-	42.358
Pré-pagamento de exportação	5,26% à 6,0% a.a. + libor + variação cambial	<u>79.479</u>	<u>70.156</u>
Total moeda estrangeira		<u>235.505</u>	<u>248.200</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>528.876</u>	<u>405.224</u>
Circulante		129.011	94.109
Não circulante		399.865	311.115

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos ativos

biológicos (florestas), cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 30 de junho de 2020, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2021	60.004	61.894
2022	152.009	154.544
2023	133.001	135.536
Após 2024	26.059	47.891
	371.073	399.865

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “debt covenants”, apurados com base nas demonstrações financeiras anuais, os quais foram integralmente atingidos em 2019.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<b>Controladora</b>							
<b>Descrição</b>	<b>Alterações caixa</b>			<b>Alterações não caixa</b>			<b>Saldo da dívida em 30/06/20</b>
	<b>Saldo em 31/12/19</b>	<b>Novas Captações</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>Despesas com juros</b>	<b>Variação cambial e outros</b>	
Empréstimos e financiamentos	372.797	141.800	(107.430)	(17.661)	13.502	93.028	496.036

  

<b>Consolidado</b>							
<b>Descrição</b>	<b>Alterações caixa</b>			<b>Alterações não caixa</b>			<b>Saldo da dívida em 30/06/20</b>
	<b>Saldo em 31/12/19</b>	<b>Novas Captações</b>	<b>Pagamento de principal</b>	<b>Pagamento de juros</b>	<b>Despesas com juros</b>	<b>Variação cambial e outros</b>	
Empréstimos e financiamentos	405.224	141.800	(107.630)	(18.634)	15.088	93.028	528.876

## 17 Debêntures

Em junho de 2018, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 01 de junho de 2023, no montante de até R\$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 2ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de maio de 2018 e possui as seguintes características, (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano e (ii) será amortizada em 17 parcelas trimestrais, com vencimento de julho de 2019 a julho de 2023

- **Montante:** até R\$ 150.000.000,00 correspondentes a 150.000 debêntures;
- **Data:** (a) emissão: 01 de junho de 2018 e (b) vencimento: 01 de junho de 2023;
- **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
- **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
- **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de setembro de 2018 a junho de 2023.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados com base nas demonstrações financeiras anuais. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2019.

Durante o ano de 2018 os debenturistas subscreveram 135.000 debêntures equivalente ao montante de R\$ 135.000, e em 2019 os debenturistas subscreveram o saldo de 15.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 15.000, totalizando a subscrição de 150.000 de debêntures equivalente ao montante total de R\$ 150.000.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

<b>Controladora e Consolidado</b>						
Descrição	Alterações caixa			Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/19	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Saldo da dívida em 30/06/20
2ª emissão	124.400	-	(17.647)	(4.596)	4.300	106.457

## 18 Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 4.274 (R\$ 4.147 em 30 de junho de 2019).

### b. Transações e saldos

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possui R\$ 7.095 (R\$ 9.748 em dezembro de 2019) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. Este saldo está composto principalmente pelo valor a receber de R\$ 4.000 da controlada Chapecozinho Energética S/A que entrou em operação em março de 2019.

## 19 Adiantamentos de clientes

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possui R\$ 583 (R\$ 398 em dezembro 2019) de adiantamentos de clientes decorrentes de negociações realizadas no curso normal de suas operações. Os montantes foram recebidos em Reais e não estão sujeitos a atualização.

## 20 Arrendamentos Mercantis

Em 30 de junho de 2020 a Companhia possuía 44 contratos de arrendamento de terras para plantio de florestas. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de dezoito anos com a opção de renovação após essa data. O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.h. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 0,840% a.m..

### (a) Movimentação de passivo de arrendamento

Controladora e consolidado						
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Juros apropriados	Pagamentos de principal e juros	Variação cambial e outros	Saldo em 30 de junho de 2020
Arrendamento de terras	17.143	1.292	1.523	(1.673)	-	18.285
Arrendamento mercantil	29.222	14.865	1.111	(3.278)	1.703	43.623
	<u>46.365</u>	<u>16.157</u>	<u>2.634</u>	<u>(4.951)</u>	<u>1.703</u>	<u>61.908</u>
Circulante						11.720
Não circulante						50.188

### (b) Estimativas de realização

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2020	7.039	(540)	6.499
2021	12.674	(1.080)	11.594
2022	12.497	(1.080)	11.417
2023	9.370	(1.080)	8.290
Após 2023	31.325	(7.217)	24.108
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<u><b>72.905</b></u>	<u><b>(10.997)</b></u>	<u><b>61.908</b></u>

## 21 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado está representado em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 por um total de 215.241 ações ordinárias sem valor nominal divididos entre os acionistas da seguinte forma:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marilia Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	<hr/>
	100,00
	<hr/> <hr/>

### b. Reserva de lucros

#### *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

#### *Retenção*

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

#### *Reserva de lucros a realizar*

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

### c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

### d. Ajuste de avaliação patrimonial

#### (i) Custo Atribuído

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

(ii) Hedge

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justos dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (nota explicativa 27.c)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, no memo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

## 22 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Venda de produtos e serviços	494.739	415.909	494.739	415.909
Venda de energia elétrica	-	-	4.738	2.220
Receita Bruta	494.739	415.909	499.477	418.129
Dedução de vendas	(71.437)	(72.011)	(71.609)	(72.092)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>423.302</b>	<b>343.898</b>	<b>427.868</b>	<b>346.037</b>

A receita de vendas da Companhia refere-se a venda de papel e embalagens de papelão ondulado, produtos do beneficiamento de madeiras como molduras, painéis de pinus, portas, kits de portas e pellets, os quais estão concentrados principalmente no mercado brasileiro. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente em um determinado momento no tempo, que em geral ocorre na entrega dos produtos aos clientes.

A receita da controlada Chapecozinho Energética S/A, refere-se a venda da produção de energia elétrica entregue ao sistema através do mecanismo de realocação de energia (MRE), sendo reconhecida mensalmente. O faturamento bruto de energia em 2020 foi de R\$ 4.738.

## 23 Despesas por natureza - controladora

	<b>Controladora</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Matéria prima e materiais de uso e consumo	174.402	117.819
Despesas com pessoal	69.012	65.024
Despesas com frete	28.980	26.141
Depreciações e amortizações	12.479	12.238
Exaustão	5.902	5.436
Suprimentos Industriais	15.129	13.376
Manutenção	12.247	11.656
Energia Elétrica	13.667	12.606
Despesas com comissões	6.149	4.595
Benefícios a empregados	5.713	4.820
Outras receitas e despesas	28.090	31.271
	371.800	304.982
<b>Classificação por função</b>		
Custo dos produtos vendidos	290.872	229.039
Vendas	54.433	51.796
Administrativas	26.495	24.147
	371.800	304.982

## 24 Outras receitas e despesas

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Ganho líquido na alienação de bens	929	877
Ganho tributário	254	605
Outras receitas/despesas	(318)	415
	865	1.897

## 25 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<b>Controladora</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variações cambiais ativas	23.764	24.935
Juros de aplicações financeira	1.707	3.948
Ganhos com derivativos (nota explicativa 27.c)	-	3.741
Outras receitas financeiras	1.143	574
	<b>26.614</b>	<b>33.198</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações cambiais passivas	(49.925)	(31.099)
Juros	(23.191)	(25.007)
Variações monetárias passivas		(99)
Perdas com derivativos (nota explicativa 27.c)	(34.576)	-
Juros sobre arrendamento mercantis (nota explicativa 20)	(1.522)	(1.094)
Outras despesas financeiras	(1.409)	(629)
	<b>(110.623)</b>	<b>(57.928)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(84.009)</b>	<b>(24.730)</b>

## 26 Fundo de Investimentos em direitos creditórios

Em dezembro de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC Adami - Adami Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios de titularidade da Companhia. O FIDC Adami tem vida operacional indefinida, com o pagamento final das cotas em 13 de dezembro de 2022 e caso não haja novos aportes, o fundo será liquidado após a amortização total das cotas.

A estrutura de patrimônio do FIDC Adami, em 30 de junho de 2019 está assim representada:

<b>Quotas</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>%</b>
Cotas sênior	56.678	83%	60.059	83%
Cotas subordinadas mezanino	8.877	13%	9.406	13%
Cotas subordinadas júnior	2.731	4%	2.895	4%
	<b>68.286</b>		<b>72.360</b>	

A Companhia é detentora das cotas subordinadas mezanino as quais não podem ser negociadas no mercado secundário.

Em 30 de junho de 2019, o balanço patrimonial do FIDC Adami está assim composto:

<b>Ativo</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>Passivo</b>	<b>30/06/2020</b>
Equivalentes de caixa	15	Contas a pagar	1.237
Aplicações financeiras	1.100	Patrimônio líquido	<u>67.049</u>
Contas a receber	67.024		
Outros	<u>147</u>		
	<u>68.286</u>		<u>68.286</u>

A Companhia realizou a avaliação da estrutura do fundo com o objetivo analisar uma eventual necessidade de consolidação com base no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e considera que de acordo com o regulamento do fundo a Companhia não possui o controle por não exercer poder sobre as atividades relevantes do mesmo e não possuir exposição a variabilidade de retornos.

A Companhia avaliou os critérios para o desreconhecimento de ativos financeiros cedidos ao fundo conforme o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e entre os principais critérios considerados está a participação de 3% referente as cotas subordinadas junior, que se subordinam às cotas seniores e às cotas mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do fundo, a qual possui histórico de perda de 2,79% na carteira cedida. Em caso de perda, as cotas junior irão absorver primeiramente esses prejuízos. Com base nesta avaliação e em outros fatores da operação, a Companhia realizou o desreconhecimento dos títulos por considerar que sua cessão ocorre sem direito de regresso e sem coobrigação.

## **27 Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

### **a. Instrumentos financeiros – valor justo**

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2020 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho são:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>				
<b>VJR</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	106.345	125.972	107.295	128.363
Aplicações financeiras	56.792	72.645	56.792	72.645
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	1.616	457	1.616	457
	164.753	199.074	165.703	201.465
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a receber de clientes	106.844	66.731	106.844	66.731
Depósitos judiciais	6.200	6.544	6.200	6.544
Fundo de investimentos em direitos creditórios	8.696	10.109	8.696	10.109
Dividendos a receber	711	711	711	711
	122.451	84.095	122.451	84.095
<b>Passivo</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Fornecedores	(69.928)	(78.373)	(70.335)	(79.109)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(602.493)	(497.197)	(635.333)	(529.624)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(27.061)	(27.001)	(27.061)	(27.001)
Passivo de arrendamento	(61.908)	(46.365)	(61.998)	(46.365)
	(761.480)	(648.936)	(794.727)	(682.099)
<b>VJR</b>				
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	(36.777)	(13.059)	(36.777)	(13.059)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de

treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**c. Risco de crédito:**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. Em 2020 foram efetuadas vendas para mais de 1.000 mil clientes individuais e o maior cliente representou 19% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**Contas a receber**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 7.

**Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras**

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 107.295 em 30 de junho de 2020 (R\$ 128.363 em dezembro de 2019).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito.

**d. Risco de liquidez:**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia

monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

Um demonstrativo da composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento está demonstrada na nota explicativa 16 e 17.

**e. Risco de mercado:**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

- **Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:**

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

- **Hedge Accounting de fluxo de caixa**

Em abril de 2018 a Companhia passou a adotar o Hedge Accounting de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar os riscos que variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira. Os empréstimos em moeda estrangeira (objeto de hedge) totalizam USD 41.815 (valor nominal) em 30 de junho de 2020 (USD 10.005 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia designou como instrumento de Hedge as receitas projetadas, as quais estão baseadas em contratos fechados em dólar com seus clientes.

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados, são registrados como componente de outros resultados abrangentes e resultaram no montante de R\$ 34.623 no período (R\$ 10.083 negativo em 2019) (líquido dos efeitos tributários). Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A efetividade prospectiva do hedge é mensurada no momento da designação e ao final de cada trimestre, com o objetivo da avaliação de efetividade prospectiva e afirmar que o instrumento de hedge será altamente eficaz em compensar as variações do objeto de hedge.

Em geral, a Companhia faz hedge de 60% a 70% de sua dívida em moeda estrangeira com relação a vendas previstas para os próximos doze meses. A Companhia utiliza faturamentos futuros para proteger seu risco cambial, os quais são designados como hedges de fluxo de caixa.

A exposição contábil da Companhia e sua controlada estavam assim representadas:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	
	<b>Moeda estrangeira (US\$ mil)</b>	<b>R\$</b>
<b>Ativo</b>		
Contas a receber	3.191	17.472
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	(57)	(311)
Empréstimos	(43.170)	(235.505)
Arrendamentos mercantis	(1.201)	(6.576)
Contratos de Swap	24.000	131.424
Hedge Accounting	41.815	228.979
Exposição líquida	24.578	135.483

Análise de sensibilidade de variação cambial:

Operação	Risco	30 de junho de 2020	Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
			Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$			
Contas à receber	Aumento da taxa cambial	17.472	3,90	(393)	2,60	(620)	5,20	(166)	6,50	61	7,80	288
Fornecedores	Aumento da taxa cambial	(332)	3,90	7	2,60	12	5,20	3	6,50	-1	7,80	-5
Instrumentos financeiros	Aumento da taxa cambial	(36.776)	3,90	827	2,60	1.306	5,20	349	6,50	-129	7,80	-607
Arrendamento mercantil	Aumento da taxa cambial	(43.624)	3,90	982	2,60	1.549	5,20	414	6,50	-153	7,80	-720
Empréstimos	Aumento da taxa cambial	(235.505)	3,90	5.299	2,60	8.360	5,20	2.237	6,50	-827	7,80	-3.886
		(298.765)		6.722		10.606		2.838		-1.046		-4.930

*Análise de sensibilidade de variações de indexadores:*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2020, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

Operação	Risco	30 de junho de 2020	Consolidado									
			(perdas) / ganhos financeiros									
			Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	
Aplicações Financeiras	Aumento do CDI	80.272	1,61	(3.642)	1,08	(4.074)	2,15	(3.211)	2,69	(2.779)	3,23	(2.348)
Empréstimos	Aumento do CDI	(232.052)	1,61	10.529	1,08	11.777	2,15	9.282	2,69	8.035	3,23	6.788
Arrendamento mercantil	Aumento do CDI	(32.745)	1,61	1.486	1,08	1.662	2,15	1.310	2,69	1.134	3,23	958
Debêntures	Aumento do CDI	(106.457)	1,61	4.830	1,08	5.403	2,15	4.258	2,69	3.686	3,23	3.114
		<u>(290.982)</u>		<u>13.203</u>		<u>14.767</u>		<u>11.639</u>		<u>10.075</u>		<u>8.511</u>
Empréstimos	Aumento do TJLP	(28.478)	3,71	696	2,47	1.048	4,94	344	6,18	(7)	7,41	(359)
Empréstimos	Aumento da libor	(176.847)	0,29	10.369	0,19	10.538	0,38	10.200	0,48	10.031	0,57	9.861

- **Gestão do capital social:**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2020.

**f. Instrumentos Financeiros Derivativos:**

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

A Companhia operou com instrumentos financeiros que resultaram em perda líquida de R\$ 34.576 durante o exercício de 2020 (perda de R\$ 3.741 em 2020) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 25), e geraram reconhecimento conforme demonstrado abaixo.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>30/06/2019</b>
Valor justo de derivativos registrado como receita financeira (nota explicativa 25)	26.632	3.741
Valor justo de derivativos registrado como despesa financeira (nota explicativa 25)	(61.208)	-
Resultado líquido dos efeitos da marcação de instrumentos financeiros ao valor justo	<b>(34.576)</b>	<b>3.741</b>

Os valores dos ativos foram registrados através da marcação ao mercado dos instrumentos de proteção cambial denominados swaps, que possuem como objetivo a proteção dos empréstimos em moeda estrangeira, com valor nominal (“notional”) de R\$ 131.424 (USD 24.000), que apresentaram a marcação ao valor justo de R\$ (34.106). Abaixo apresentamos os efeitos do registro deste instrumento derivativo.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Valores a receber derivativos registrados no ativo circulante	1.616	457	1.616	457
Valores a pagar derivativos registrados no passivo circulante e não circulante	36.777	13.059	36.777	13.059

## 28 Eventos Subsequentes

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de julho de 2020 os acionistas deliberaram, entre outros assuntos:

- i. Destinação de parte dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 20.718, à conta de reserva de lucros, conforme autorizado pelo disposto no artigo 202, § 4º e 5º da Lei 6.404/76. A decisão no sentido da destinação do valor indicado neste item para a conta de reserva de lucros é tomada pelos acionistas para os fins de preservação do caixa da Companhia, diante dos compromissos assumidos e que demandam o cumprimento de “*debt covenants*”, e para fazer frente aos desafios que virão diante da crise ocasionada pela Pandemia decorrente da Covid-19/Coronavírus. Também se justifica a destinação do saldo dos lucros para a conta de reserva o fato de parte do resultado positivo do

exercício não ser fruto da operação em si, mas sim decorrente de ganho fiscal resultante de êxito em ação judicial, o qual foi reconhecido no resultado conforme determinam as normas contábeis brasileiras, porém sem que tenha ocorrido a entrada financeira no caixa da Companhia;

- ii.** Aumento do capital social no valor de R\$ 60.091, com a capitalização de R\$ 40.117 a partir do saldo constante da conta de Reserva de Lucros Acumulados e R\$ 19.974 a partir do saldo da conta de Reserva Legal, sem a emissão de novas ações, passando o capital da sociedade de R\$ 104.909 para R\$ 165.000, com a consequente alteração do artigo 5º do estatuto social;

\* \* \*